

# Perspectivas de Reforma da Justiça Constitucional em Portugal e no Brasil

2012

Anna Candida da Cunha Ferraz • Armindo Ribeiro Mendes  
Carlos Blanco de Moraes • Elival da Silva Ramos  
Fernanda Dias Menezes de Almeida  
Fernando Dias Menezes de Almeida • Gilmar Ferreira Mendes  
João Cura Mariano • João Tiago Silveira • Jorge Miranda  
Jorge Reis Novais • José Joaquim Gomes Canotilho  
José Levi Mello do Amaral Júnior • José de Melo Alexandrino  
Manoel Gonçalves Ferreira Filho • Maria dos Prazeres Pizarro  
Beleza • Maria Lúcia Amaral • Patrícia Ulson Pizarro Werner  
Paulo Casseb • Vasco Pereira da Silva



ALMEDINA

Coimbra • Lisboa • São Paulo

# PERSPECTIVAS DE REFORMA DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL EM PORTUGAL E NO BRASIL

© ALMEDINA, 2012

COORDENAÇÃO: Elival da Silva Ramos e Carlos Blanco de Moraes

TEXTOS: Anna Candida da Cunha Ferraz • Armindo Ribeiro Mendes • Carlos Blanco de Moraes • Elival da Silva Ramos • Fernanda Dias Menezes de Almeida • Fernando Dias Menezes de Almeida • Gilmar Ferreira Mendes • João Cura Mariano • João Tiago Silveira • Jorge Miranda • Jorge Reis Novais • José Joaquim Gomes Canotilho • José Levi Mello do Amaral Júnior • José de Melo Alexandrino • Manoel Gonçalves Ferreira Filho • Maria dos Prazeres Pizarro Beleza • Maria Lúcia Amaral • Patrícia Ulson Pizarro Werner • Paulo Casseb • Vasco Pereira da Silva

DIRETORA EDITORIAL: Paula Valente

EDITORA: Adriane Piscitelli

DIAGRAMAÇÃO: Jorge Sêco

DESIGN DE CAPA: FBA.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: DPS – Digital Printing Services, Lda.

ISBN: 978-85-63182-04-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas de Reforma da Justiça Constitucional no Brasil e em Portugal / Elival da Silva Ramos, Carlos Blanco de Moraes. – São Paulo: Almedina, 2012. – (Coleção Obras Coletivas)

Vários autores.

ISBN 978-85-63182-04-3

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito Constitucional – Portugal. 3. Justiça – Brasil.
4. Justiça – Portugal. I. Ramos, Elival da Silva.
- II. Moraes, Carlos Blanco de. III. Série.

12-00656

CDU-340.114:342(81)  
-340.114:342(469)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Reforma da Justiça Constitucional 340.114:342(81)
2. Portugal: Reforma da Justiça Constitucional 340.114:342(469)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Maio, 2012

Depósito legal: 344400/12

EDITOR: ALMEDINA

Alameda Campinas, 1.077, 6º andar, Jd. Paulista

01404-001 – São Paulo, SP - Brasil

Tel./Fax: +55 11 3885-6624

editorial@almedina.com.br

www.almedina.com.br | www.grupoalmedina.net

938466

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. LEGITIMIDADE, FUNÇÕES E INDEPENDÊNCIA DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL	13
Sobre a composição do Tribunal Constitucional português <i>Jorge Miranda</i>	15
Votam os magistrados nos processos mais políticos de acordo com as linhas partidárias subjacentes à sua designação? <i>Manoel Gonçalves Ferreira Filho</i>	23
O Tribunal Constitucional e o desempenho das funções estranhas ao controle de constitucionalidade das leis <i>Maria Lúcia Amaral</i>	25
Fundamentos da forma de designação dos ministros do Supremo Tribunal Federal <i>Paulo Casseb</i>	35
II. OS EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE CONCRETO	51
Insuficiências dos efeitos <i>inter partes</i> das decisões de inconstitucionalidade em controlo concreto na ordem jurídica portuguesa <i>Carlos Blanco de Moraes</i>	53

A evolução do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade e a constituição de 1988	63
<i>Elival da Silva Ramos</i>	
Subsistência do controlo difuso ou migração para um sistema concentrado de reenvio prejudicial	89
<i>Maria dos Prazeres Pizarro Beleza</i>	
III. OS EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE ABSTRATO SUCESSIVO	101
A restrição temporal de efeitos sancionatórios e a salvaguarda do “ato administrativo inimpugnável”: Reflexões sobre os efeitos do controle de constitucionalidade abstrato na esfera administrativa brasileira	103
<i>Patrícia Ulson Pizarro Werner</i>	
Sobre o pretenso efeito de “caso decidido” no Direito Constitucional e no Direito Administrativo português	139
<i>Vasco Pereira da Silva</i>	
IV. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INOVAÇÕES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	153
Anotações acerca da apreciação e revisão de fatos e prognoses legislativos perante a Corte Constitucional alemã e o Supremo Tribunal Federal brasileiro	155
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
A repercussão geral e a objetivação do controle concreto	193
<i>Anna Candida da Cunha Ferraz</i>	
<i>Fernanda Dias Menezes de Almeida</i>	
Súmula vinculante	209
<i>Fernando Dias Menezes de Almeida</i>	

V. MESAS-REDONDAS	223
TEMA 1 – A nulidade ipso iure da norma inconstitucional já não é o que era?	225
Debatedores:	
<i>Elival da Silva Ramos</i>	
<i>José Joaquim Gomes Canotilho</i>	
TEMA 2 – Sim ou não ao recurso de amparo?	243
Debatedores:	
<i>Jorge Reis Novais</i>	
<i>José de Melo Alexandrino</i>	
TEMA 3 – Reforma e simplificação do processo constitucional em Portugal	261
Debatedores:	
<i>Carlos Blanco de Moraes</i>	
<i>João Cura Mariano</i>	
<i>Armando Ribeiro Mendes</i>	
TEMA 4 – Da admissibilidade da restrição temporal de efeitos das decisões de inconstitucionalidade em controle concreto	281
Debatedores:	
<i>José Levi Mello do Amaral Junior</i>	
<i>João Tiago Silveira (colaboração de Irene Terrasêca)</i>	